

ATA N.º 2 /2020

SESSÃO ORDINÁRIA DE

18/06/2020

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

-----Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no auditório do edifício “Mira Center”, sob a presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário e pela Sra. Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, 2.^a Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.--**

-----**PONTO DOIS: Regulamento do Conselho Municipal da Juventude - aprovação final, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----**

-----**PONTO TRÊS: Redução e isenção de tarifas aos utilizadores domésticos e não domésticos dos serviços de águas, águas residuais e resíduos urbanos, no contexto de medidas excecionais de apoio à população no âmbito da Covid-19 – Apreciação e aprovação da minuta e aditamento ao memorando a celebrar com a empresa intermunicipal ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., nos termos da alínea n) do nº 1 e alínea b) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2020 de 12 de setembro, na atual redação. -----**

-----**PONTO QUATRO: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea l), do nº. 2, do artº. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2019 e apreciação do inventário dos**

bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2019 e a respetiva avaliação. -----

-----PONTO CINCO: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 2ª. revisão orçamental e 2ª. revisão às GOP's 2020. -----

-----PONTO SEIS: Procedimento concursal para preenchimento de cargos de direção intermédia de 3º grau para a Unidade de Desporto e Juventude e Unidade de Turismo e Eventos – Aprovação, nos termos dos n.ºs 1 a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de constituição dos respetivos júris.-----

-----PONTO SETE: Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2019, nos termos da alínea h), do art.º 18.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.-----

-----PONTO OITO: Tomada de conhecimento dos atos praticados ao abrigo da Lei nº. 6/2020, de 10 de abril, na redação dada pela Lei nº. 12/2020, de 7 de maio, no âmbito da pandemia do Covid - 19 -----

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO-----

----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sra. Vereadora, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira. -----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Prof. Paulo Jorge Santos Grego, Pedro Nunes, Mário de Jesus Manata, em substituição de Luís Filipe Alcaide Antunes, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, João Pedro Ventura Lopes Almeida, Prof.ª Zélia Domingues

Morais, Américo Manuel Miranda Páscoa, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Dr. João André Reigota Gomes, Pedro Jorge Moraes Laranjeiro, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Prof.ª Maria Clara Simões Clemente, Carlos Jorge dos Santos Nora e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e de Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda de Pinho.-

----**FALTAS**-----

----Verificou-se a ausência do Sr. Luís Filipe Alcaide Antunes, substituído pelo Sr. Mário de Jesus Manata e da Sr.ª Marta Sofia Cunha e Silva.-----

----**HORA DE ABERTURA** -----

----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas após a verificação de *quórum*, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** cumprimentou todos os presentes e justificou que, apesar desta sessão ser extraordinária, não iria haver intervenção do público, tendo em conta a delicada situação que estávamos a viver, devido ao Covid-19. -----

----De seguida, o Sr. **Presidente da Câmara** proferiu uma breve nota introdutória, esclarecendo que a presente sessão de Assembleia Municipal se tratava da prestação de contas, a qual, habitualmente, se realizava em abril e que, segundo a legislação em vigor, teria se ser realizada até dia 30 de junho. Contudo, e por força do período do estado de emergência, a mesma foi adiada para o dia de hoje. -----

----Solicitou ainda que se agendasse uma sessão de Assembleia Municipal para a consolidação de contas, a qual terá de ser apresentada até dia 15 de julho. ---

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

---- **ATA N.º 4, DE 29 DE ABRIL DE 2019**-----

----Foi posta a votação a ata da sessão ordinária realizada em 29 de abril de 2019, a qual foi **aprovada por maioria**, com 1 abstenção do Partido Socialista.-

----Sobre esta, ou melhor, sobre a questão das atas, interveio o deputado **Paulo Grego (PS)** apresentando uma sugestão genérica sobre as mesmas. Assim, afirmou ser de louvar a facto de as atas da Assembleia Municipal estarem em dia. Contudo, o procedimento da aprovação das mesmas estava ainda longe do que se pretendia. Posto isto, reforçou a ideia, já avançada numa anterior sessão, de que se agendasse a reunião de conferência de líderes com o objetivo de afinar o procedimento. -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, anuindo com o agendamento da referida reunião. Porém, esclareceu que as atas apenas deveriam referir os assuntos mais importantes. Mais disse que os procedimentos adotados até este momento nunca tinham trazido grandes problemas a esta Assembleia. Mais disse haver um regimento e que este era bem claro. Assim, considerava que quantos mais itens se colocassem, na realização das atas, maior seria a dificuldade em tê-las em dia. -----

----Concluiu, deixando uma palavra de apreço aos técnicos que, ao longo deste tempo, fizeram com que fosse possível trazer a votação todas estas atas. -----

---- **ATA N.º 7, DE 30 DE AGOSTO DE 2019**-----

----Foi posta a votação a ata da sessão extraordinária realizada em 30 de agosto de 2019, a qual foi **aprovada por maioria**, com 2 abstenções do Partido Socialista. -----

---- **ATA N.º 9, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019**-----

----Foi posta a votação a ata da sessão ordinária realizada em 21 de novembro de 2019, a qual foi **aprovada por maioria**, com 1 abstenção do Partido Socialista. -----

---- **ATA N.º 10, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019**-----

----Foi posta a votação a ata da sessão extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2019, a qual foi **aprovada por maioria**, com 1 abstenção do Partido Socialista. -----

---- **ATA N.º 1, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020**-----

----Foi posta a votação a ata da sessão ordinária realizada em 27 de fevereiro de 2020, a qual foi **aprovada por maioria**, com 2 abstenções: 1 do Partido Socialista e a outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, **Gabriel Pinho**, por não ter estado presente. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Presidentes de Junta de Freguesia para as habituais intervenções. -----

----**INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:** -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, **Gabriel Pinho**, referindo que já há algum tempo não se reuniam, devido à pandemia e que, estando todos ali, mais ou menos salvaguardados, a situação pandémica estava ainda longe de melhorar. Contudo, não podia deixar de realçar o bom trabalho realizado por todos, pela forma como lidaram com toda esta situação. -

----De seguida, felicitou o Sr. Presidente da Câmara pelo seu sucesso com a situação dos Viveiros da Praia de Mira pois, estes representavam um grande problema, que há muito precisava de ser resolvido. Mas, este não se tinha ficado só pela sua resolução e foi mais além, conseguindo ultrapassar todos os entraves e, simultaneamente, executar uma obra tão bonita. -----

---Continuou e manifestou o seu agrado pelos trabalhos de alcatroamento realizados nas estradas do Concelho e mostrou-se grato por a sua Freguesia também ter sido contemplada. Prosseguiu, lembrando que a Freguesia de

Carapelhos era a que menos passeios tinha. -----

----Concluiu a sua intervenção, constatando que a Freguesia que representava tinha um grave problema com a Vala Velha, devido às contínuas descargas, pese embora a ETAR e o comprometimento em resolver esta situação. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo de Mira, **Tiago Cruz**, referindo que a Freguesia do Seixo era a única no Concelho a não possuir uma farmácia, o que por si só já era grave, mas que se tinha agravado ainda mais, em virtude da situação delicada que todos atravessámos. Assim, informou que iriam retomar todas as diligências com o Infarmed e passou a ler a exposição dirigida a esta entidade, a qual se transcreve na íntegra: -----

---- ***Exmo. Sr. Presidente do Conselho Diretivo do Infarmed*** -----

----*Os meus respeitosos cumprimentos,*-----

----*Como é do conhecimento do Infarmed, desde 2010 que a Junta de Freguesia do Seixo tem lutado pela abertura de uma farmácia nesta Freguesia.*-----

----*Tal pedido foi apoiado na altura pelo executivo da Câmara Municipal de Mira, Assembleia Municipal de Mira, alguns grupos parlamentares da Assembleia da República e inclusive, pelo Provedor de Justiça.*-----

----*Apesar de termos apresentado todos os fundamentos legais para abertura de tal serviço e deste ser uma necessidade absoluta para a população, tal pedido foi consecutivamente indeferido pelo vosso conselho de administração, em desrespeito pela expressa carência da população, neste âmbito de saúde.*-----

----*Na última comunicação da vossa parte, efetivada pelo ofício 011601 de 6 março de 2014, abordaram a possibilidade da instalação de um Posto Farmacêutico Móvel contudo, até ao dia de hoje, nunca fomos contemplados com tal possibilidade.*-----

----*Por tudo o exposto neste ofício e no anexo que enviamos, no qual constam todas as comunicações atinentes a este processo somos, por este meio, a solicitar a vossa digníssima atenção para este assunto que consideramos ainda*

mais pertinente e atual, agravado por todas as contingências que as nossas populações sofreram decorrentes da COVID-19.-----

----Requeremos ao INFARMED que urgentemente atente na necessidade de proceder à abertura imediata de concurso que proceda a instalação de um Farmácia na Freguesia do Seixo, salvaguardando a acessibilidade a um serviço de primeira necessidade que tanta falta faz às populações.-----

----Do presente ofício daremos conhecimento à Assembleia de Freguesia do Seixo, Câmara Municipal de Mira, Assembleia Municipal de Mira, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Provedor de Justiça, para que possam defender juntamente com esta Junta de Freguesia, esta pretensão da população local.-----

----Sem outro assunto de momento, fico disponível para eventuais esclarecimentos ou possível reunião.-----

----O Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Tiago Castro da Cruz-----

*----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, informando que os assuntos dos quais iria falar já tinham sido remetidos aos serviços do município, pelas mais variadas formas, quer por mail, quer por ofício ou até mesmo, pessoalmente, assim como, ao Sr. Presidente, mas como não tinha obtido resposta, resolveu trazê-los à Assembleia Municipal, não pela sua gravidade ou dimensão, mas sim porque o tempo ia passando e quando, finalmente, se decidisse atuar, corria-se o risco de já não as conseguir recuperar, nomeadamente, o barco da arte xávega, um belo exemplar, o qual apresentava já um elevado estado de degradação. De seguida, referiu a situação dos contentores do lixo, no Bairro Norte da Praia de Mira, ou seja, falou da retirada dos Ecopontos que tanta falta faziam àquelas pessoas e solicitou a sua reposição. Mais referiu que à entrada da Praia de Mira, junto à empresa Maçaricos estava aí um equipamento de recolha de lixo, o qual precisa de ser realocado, pois como estava não se conseguiam utilizar. -----*

----Quanto à higienização dos contentores pela empresa SUMA, informou ter ficado muito desagradado com a sua atuação, pois a higienização de que tanto fizeram publicidade apenas aconteceu uma só vez e abrangeu só 25% do total de contentores. Posto isto, aconselhou que se averiguasse o que se teria passado, assim como, se exigisse à empresa responsável que cumprisse com a sua parte. -----

----Continuou e quis saber se o Município tinha sido alvo de alguma inspeção e, se sim, quais e sobre que matérias. De seguida e, retomando a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, no ponto que dizia respeito ao alcatroamento das ruas da sua freguesia, reafirmou, como já havia feito de outras vezes, que este trabalho era um desperdício de recursos, tanto financeiros, como humanos, pois essas ruas ainda não tinham saneamento, o que significava que ter-se-ia de destruir o que estava feito, quando se equacionasse executar o saneamento. -----

----Por fim, pediu mais esclarecimentos sobre o que se passaria, de concreto, em alguns terrenos junto à Videira, MiraVillas e MiraOásis, ou seja, quais eram os problemas que aí foram detetados e quais as diligências efetuadas, no sentido de os sanar. -----

----Mais disse que, sobre este assunto, tinha pedido, por mail, esclarecimentos adicionais mas, como a resposta do Executivo, na pessoa do seu chefe de gabinete, tinha sido muito vaga, resolveu trazê-la a esta Assembleia. -----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, **Artur Fresco**, justificando que a atividade e, conseqüentemente, os trabalhos da Junta de Freguesia de Mira tinham também ficado condicionados devido à pandemia que a todos nos assolou e, esta foi responsável pelo atraso e/ou não execução dos trabalhos já previstos no Plano de Atividades. Continuou, ressaltando e salientando o papel relevante que a Comissão Municipal de Proteção Civil tinha prestado durante os últimos três meses. Acrescentou que todos tinham estado

muito bem no tratamento e condução de todo este processo, deixando também uma palavra de apreço e de reconhecimento ao Executivo Municipal, pela forma como tão bem liderou e geriu toda esta situação e a consequência disto mesmo refletiu-se no reduzido número de casos no Concelho, o que evidenciava que as “coisas” tinham sido bem feitas. -----

----De seguida, deu conta e agradeceu o facto de ter sido ouvido nas suas observações, aportadas noutras sessões e que, nesse momento já tinham sido concretizadas, nomeadamente: na Rua Francisco Tavares, em Mira, finalmente, foi concluído o seu asfaltamento; na Rua do Rio até ao Largo do Tarelho, na direção de Portomar/Mira, a intervenção na ponte pedonal, tantas vezes falada, estava concluída e com sucesso, pois também aí foram colocadas grades de segurança, adequadas ao local, bem enquadradas e que conferiam maior segurança ao seus utilizadores. -----

----Referiu também a intervenção na barragem do Casal de São Tomé, a qual permitirá, na sua opinião, regularizar a quantidade de água que passava para a vala e para os moinhos da Lagoa. Terminou, desejando que esta intervenção fosse de curta duração, eficaz e assim se mantivesse por muito tempo. -----

----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA):-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, saudando todos os presentes e mostrou-se grato por este regresso à possível normalidade, pedindo a todos que continuassem a respeitar as regras, com uma atitude responsável porque agora era viver um dia de cada vez, rodeados de grande incerteza e, por isso, todos os cuidados eram poucos. -----

----De seguida, em forma de nota de registo, manifestou o seu mais profundo agradecimento a todos os envolvidos, nestes tempos tão difíceis, nomeadamente, às Juntas de Freguesia, a todos os profissionais de saúde, bombeiros, funcionários das IPSS, técnicos do CLDS 4G, os quais tiveram um comportamento exemplar e a todas as pessoas, a toda a comunidade, em geral, pela sua atitude.-----

----Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, esclareceu que a obra dos Viveiros da Praia de Mira estava ainda em fase de execução, mas era com grande satisfação que viam o seu desenvolvimento. Mais disse que, tão difícil era a sua execução, como difícil tinha sido o percurso até a esta chegar, superando inúmeros obstáculos, tais como, o conseguir a autorização para a intervenção e, depois a obtenção do financiamento. Posto isto, disse esperar que dentro em breve esta obra estivesse terminada, por forma a que volte a ser um ex-líbris do Concelho. -----

----Com relação à questão da ETAR do Corticeiro, ansiava que a situação fosse resolvida muito brevemente. -----

----Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo de Mira, declarou que o seu Executivo sempre defendeu e apoiou esta pretensão, considerando que era uma luta legítima e garantiu que tudo fariam para que se conseguisse trazer uma farmácia para a freguesia do Seixo. -----

----Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse ser inequívoco que enviava inúmeros mails, assim como, era também inequívoco que os serviços da Câmara Municipal lhe respondiam e lhe enviavam inúmeros mails. Mais disse que se tentava dar resposta a todos, assim como, a todas as solicitações, mas, por vezes, podia falhar alguma coisa. -----

----Quanto ao barco da arte-xávega, disse que já estava programada a sua reparação pelo respetivo serviço camarário, assim que terminassem a reparação dos passadiços do lado norte. -----

----No que respeitava aos contentores e aos ecopontos, informou que, no dia 09 de março do corrente ano, se tinha enviado para a Junta de Freguesia da Praia de Mira, um mail a questionar se concordavam com a colocação dos ecopontos e, para o qual ainda não se tinha obtido resposta. Então, assim que houvesse uma resposta, proceder-se-ia ao acerto e realocação dos mesmos. -----

----Quanto ao antecipar da higienização dos contentores, lembrou que esta tinha sido acordada e conjugada entre todos. Mais disse que este processo não teria sido feito todo ao mesmo tempo, mas sim, por fases e todos os contentores fiscalizados tinham sido higienizados. -----

----Em relação ao tema da inspeção, esclareceu só existir uma, a da Rede Ecológica Nacional – REN –, a qual remonta ao ano de 2015 e que, nos últimos dois meses tinha havido desenvolvimentos, ou seja, o inspetor responsável tem feito um acompanhamento e, conseqüentemente, colocava questões, as quais sempre se deu resposta mas, não só ao Município de Mira, pois este não era o único envolvido, mas também a CCDRC e a APA. As principais questões levantadas prendiam-se com a Videira. Uma outra questão tinha a ver com os parques de campismo e respetivo estudo de impacte ambiental, no qual foram gastos 300 mil euros e depois, as entidades envolvidas não se entendiam sobre se seria necessário apenas só um estudo ou três estudos, um para cada parque de campismo. -----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

----Interveio o Sr. **Américo Páscoa** (MAR), que iniciou a sua intervenção subscrevendo as palavras dos Srs. Presidentes, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara, sobre a situação delicada que todos vivemos e que ainda estava muito longe de estar resolvida. Mais disse esperar que o Executivo e a

população em geral continuassem unidos na prossecução do bom trabalho até aqui desenvolvido. -----

----De seguida, referiu-se a um documento extenso, que deu entrada nos serviços, referente a um funcionário da autarquia e solicitou esclarecimentos, em especial, ao nível da promoção nas carreiras. -----

----Continuou alertar para a necessidade de haver um investimento atempado da transferência de competências, seguindo o exemplo de alguns concelhos limítrofes, de maior dimensão, os quais apostaram forte no reforço de infraestruturas, a nível da educação e da saúde. -----

----Pronunciou-se ainda sobre a última reunião da CIM-RC, a qual, no seu entender, não tinha corrido muito bem, a nível de comunicações e, a videoconferência também não funcionou da forma que seria esperada. Contudo, considerou que nessa reunião e, em termos de vias de comunicação, muito se tinha falado do interior. Contudo, não se podia esquecer o litoral e a melhoria das suas vias de comunicação, por forma a fomentar as visitas. -----

----Concluiu a sua intervenção, referindo-se às descargas de efluentes na vala, situação gravíssima e disse pensar que estas deveriam ser interditas, pois a todos eram prejudiciais. Mais considerou ser este um ponto forte para a Câmara Municipal e as entidades competentes, juntos, recorrerem ao Presidente da República, manifestando total disponibilidade do partido que representava, o MAR – Movimento Autárquico de Renovação -, para colaborar com a autarquia.

----Interveio **André Gomes** (PS), membro desta assembleia, solicitando esclarecimentos sobre o porquê desta e de outras próximas sessões da Assembleia Municipal e, atendendo à situação pandémica, estas não serem abertas ao público, de não serem transmitidas em direto e online, nos canais oficiais do Município, como tinha acontecido, e bem, na cerimónia do 25 de Abril ou aquando do programa “Conversas com o Presidente”. Neste seguimento, felicitou o Sr. Presidente da Câmara Municipal por essa bela iniciativa. -----

----De seguida, pronunciou-se sobre a questão social pois, se houve coisas que a pandemia trouxe, foi, de facto, uma forte pressão sobre quem mais necessitava logo, era necessário que as respostas estivessem à altura dos problemas que foram levantados. Mais referiu que *“o Governo tinha aprovado, recentemente, o Programa de Estabilização Económica e Social, o qual tinha como horizonte temporal o final do corrente ano e dedicava especial enfoque às questões de cariz social, sendo que um dos pontos deste programa era o lançamento do PARES 3.0 – Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. Com o lançamento deste programa, pretende-se apoiar, em 110 milhões de euros, obras de construção ou requalificação de equipamentos sociais, como Creche, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia, Lar Residencial ou Centro de Atividades Ocupacionais.* -----

----O Grupo Municipal do Partido Socialista de Mira, gostaria de propor ao Executivo que fosse disponibilizada às instituições de solidariedade social do Concelho, todo o apoio técnico, logístico e até financeiro, para que Mira pudesse novamente aproveitar esta oportunidade, como já o fez no passado, como se pode constatar pelos equipamentos sociais existentes na freguesia do Seixo e dos Carapelhos. -----

----Somos um município que ainda tem grandes necessidades relativamente ao apoio social, em especial no apoio aos mais idosos, mas não só, recorde por exemplo que a freguesia da Praia de Mira, apesar da sua dimensão populacional, não tem nenhum equipamento social dedicado a crianças. Estamos em querer que esta será uma oportunidade única para que de uma vez por todas projetos como o da Unidade Paroquial de Apoio Social da Praia de Mira (UPAS), que já tem o terreno para a construção do equipamento desde 2016, ou o projeto na Lentisqueira, do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Mira, que até já foi vencedor de um orçamento participativo municipal, se possam tornar finalmente

uma realidade, assim o município tenha vontade e seja diligente a providenciar o respetivo apoio. -----

----Pode desde já, o Executivo Municipal, contar com o apoio político do Partido Socialista de Mira, para que estas obras se tornem realidade.” -----

----Interveio o Presidente da Junta de Carapelhos, **Gabriel Pinho** e, em resposta ao Presidente da Junta da Praia de Mira, Francisco Reigota e, desculpabilizando-se desde já, disse preferir ter as pessoas da sua freguesia a viver com condições dignas, ou seja, com as estradas alcatroadas e esperar mais algum tempo pelo saneamento, até porque o asfaltamento das mesmas era calculado e, aquando da colocação do saneamento não se iria estragar muito. Acrescentou que, se outra razão não houver, ao menos pela satisfação notória e alegria das pessoas que beneficiaram com esta intervenção. -----

----Interveio **Vera Manco** (PS), membro desta assembleia, informando que a Escola Básica de Carapelhos precisava de melhoramentos urgentes, no seu exterior, principalmente, no campo de futebol, o qual ainda era em terra batida e, quando chovia, os meninos nem sequer podiam lá brincar. -----

----Em relação à sinalética das escolas, referiu que, no Concelho, existiam escolas que ainda não estavam devidamente identificadas, nomeadamente, a Escola Básica da Lentisqueira e, porventura, outras escolas básicas e jardins de infância. Alertou também para a importância da colocação de passadeiras para peões junto às escolas. -----

----De seguida, quis saber a razão da demora na reposição do escorrega infantil do Jardim de Infância da Lentisqueira. -----

----Continuou, questionando sobre qual era o regime legal, que abrangia os terrenos contíguos às escolas, de acordo com a legislação em vigor. -----

----Relativamente ao Plano de Emergência contra Incêndios, quis saber se todas as escolas já o tinham. -----

----No que à Escola Secundária D. Maria Cândida dizia respeito e, para a qual

foram prometidas obras no valor de 1 milhão e 600 mil euros, questionou para quando a sua execução, até porque o seu estado de degradação era mais que visível. -----

----Por fim, falou da qualidade da água, ou melhor, da falta de qualidade da mesma, pois esta continuava a chegar a casa de todos os Mirenses, muito suja e de cor amarelada. Posto isto, questionou para quando, de uma vez por todas, a resolução deste problema. -----

----Interveio **Manuel Inocêncio** (PSD), membro desta assembleia, realçando o bom trabalho do Executivo Municipal, em articulação com as Juntas de Freguesia, na implementação dos Planos de Contingência, ou melhor, o grande empenho do Executivo, na implementação de todas as linhas orientadoras, emanadas pela Direção Geral da Saúde – DGS –, atitude esta que fez com que a população se sentisse mais segura, o número de casos de infetados fosse diminuto e, neste caso, convinha realçar que a sorte foi fruto de muito trabalho.

----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e, em relação à questão do funcionário, informou que se tratava da simples utilização do poder discricionário vinculado, que a administração pública tinha, o da progressão na carreira, através da avaliação de desempenho e, nesse caso concreto, foi o que se verificou. -----

----De seguida, falou do equívoco existente de que a água que abastecia o Concelho vinha de Montemor e, esclareceu que existia um projeto a médio e longo prazo, que previa uma captação no Mondego, mas as intervenções a curto prazo eram todas na rede de água do Concelho. Acrescentou que, já há muito

tempo se anunciou que tinha sido feita uma candidatura de um milhão e quinhentos mil euros para a remodelação da ETAR da Lagoa e estava em fase de conclusão o projeto, devendo ser lançado o concurso público até ao final do presente mês, mais tardar, no início do próximo mês. -----

----Relativamente à transferência de competências, na área da Educação e da Saúde, informou que estas iriam ser adiadas, ou seja, nesse momento estavam sem efeito e o prazo da sua entrada em vigor tinha sido protelado para o ano de 2022, ao invés do inicialmente divulgado para janeiro de 2021. -----

----Quanto ao investimento no interior e às vias de comunicação, disse ter uma posição muito favorável relativamente ao apoio facultado ao interior. Todavia, considerava haver territórios do litoral, nomeadamente, “o nosso”, o qual também poderia beneficiar de algumas medidas de apoio, referindo as portagens da A17, ou seja, a redução ou até mesmo, a isenção de pagamento das mesmas. -----

----Em relação ao assunto das descargas, era sobejamente conhecido por todos a pressão que o Município fez e que se continuava a fazer, com vista à resolução desta gravosa situação. Mais informou que, este assunto era tratado semanalmente, que estava a decorrer o concurso público e, do qual, muito brevemente, todos ficariam a saber o resultado. Reforçou a ideia de que se tinha de continuar a ser exigentes e intransigentes neste período de transição, até que a construção da ETAR estivesse concluída e em pleno funcionamento. -----

----De seguida, disse aceitar a sugestão do membro desta assembleia, André Gomes, mas reconheceu que lhe parecia, francamente pouco, o investimento de cento e dez milhões de euros para as necessidades sociais existentes no país. De qualquer forma, manifestou total disponibilidade para colaborar com todas as instituições e com todas as IPSS, em relação a esta estratégia. Manifestou concordar com quanto às necessidades apresentadas, as quais estavam devidamente identificadas. Posto isto, frisou que a ajuda económica de quinze milhões, destinada a Portugal, deveria passar, em grande parte, pela área social.

----Quanto às intervenções nas diversas escolas do Concelho e, em resposta a Vera Manco, membro desta assembleia, informou que estava já preparado um procedimento para lançar nos próximos dias, no valor total de quarenta e quatro mil euros, destinado à execução de pequenas reparações nas escolas, entre as quais estavam previstas, o telheiro, na escola do Seixo; o baloiço, na escola de Mira; uma casa de banho, na escola de Carapelhos, entre muitas outras, mas a estratégia passava por juntá-las todas num “bolo” e fazer um só procedimento atinente a essas pequenas intervenções, na área da Educação. Mais disse ir, posteriormente, junto com a Sr.ª Vereadora da Educação, confirmar se, realmente, estariam todas as aqui mencionadas. -----

----Em relação ao Plano de Emergência contra Incêndios e segundo informação do Coordenador da Proteção Civil, assegurou que a escola secundária já o tinha e, nas outras escolas, estava em fase de execução. -----

----Quanto à questão das obras na Escola Secundária, esclareceu que estas não dependiam do Executivo Municipal, mas sim, do Estado Central. Mais informou que o Município estava disposto a assumir os 15% da parte nacional, quer na execução da obra, quer na elaboração do projeto, assim lhes fosse assinado o protocolo, para que pudessem exercer essa competência e assim, executar a obra. Disse ainda que, estava agendada, para o passado dia vinte e sete de março, uma reunião com a Sr.ª Secretária de Estado da Educação, mas, por causa da situação pandémica, esta tinha sido adiada. Contudo, já se tinha solicitado o seu reagendamento, para voltar a trazer “para cima da mesa” este assunto, o qual se revestia de extrema importância. Em conclusão, a Câmara Municipal substituíria-se ao Estado Central, nos 15%, assim que fosse desbloqueada a parte burocrática / formal de toda esta situação, por forma a poder-se avançar com as obras na escola. -----

----Por último, mas não de somenos importância, antes pelo contrário, falou da questão da água canalizada chegar, a alguns pontos do Concelho, com uma cor

amarelada. Disse assumir esta triste realidade, a qual se devia às atividades de purga, de limpeza de condutas, levadas a cabo há mais ou menos uma semana, devido à instalação de caudalímetros, na Praia de Mira, em Mira e na Lagoa, por parte de uma empresa, com orientação de um professor do ISEC. Reconheceu ainda, ser este um investimento extremamente necessário, mais que não fosse, porque permitia que se soubesse a quantidade de água que era gasta, a desperdiçada, a que saía dos depósitos e a que horas, pois era feita uma telemonitorização. Pese embora se tivesse consciência dos riscos que iriam correr, considerava que valia muito a pena, em prol de um bem maior.-----

----Deu ainda nota sobre o furo em profundidade efetuado no lugar da Presa, significativo de um investimento de setenta mil euros e o qual poderia trazer uma forte ajuda no abastecimento de água no Concelho. Intervenção esta que estava a ponto de começar. Prosseguindo, fez alusão a um outro investimento, que já estava a decorrer e que se tratava da instalação de um arejador, o qual iria fazer com que toda a água, antes de entrar nos filtros já instalados, passasse na atmosfera e, ao fazê-lo, as partículas iriam cair e, dessa forma, o fluxo iria diminuir, mas a sensação de volume permaneceria e, quanto maior for a pressão, maior será a economia. Posto isto, fez saber que, no seu entender, esta questão estaria resolvida em muito breve prazo, pois este trabalho estava a ser, tecnicamente bem preparado e bem estudado, com o apoio de uma equipa técnica especializada e, com investimentos avultados, os quais surtirão o efeito esperado. -----

----Terminou a sua intervenção declarando que, enquanto autarca, este era o seu maior desafio e a obra que mais desejava e que mais gosto lhe dava trabalhar e, por isto, conjuntamente com o Sr. Vice-Presidente, têm vindo a acompanhar muito de perto todo este processo, na ansia de ter resultados positivos. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio **Carlos Nora** (PS), membro desta assembleia, enaltecendo o trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde, bombeiros voluntários e todos os que representaram o Município, durante a situação de prevenção e deteção do Covid – 19 e ainda, do trabalho importante dos Presidentes de Juntas de Freguesia. -----

----Contudo, este trabalho estava ainda muito longe de estar terminado e, por isso, dever-se-ia manter e fazer cumprir as regras de segurança e proteção, em relação ao Covid – 19, pois a situação tendia para um agravamento e notava-se um demasiado relaxamento no cumprimento dessas regras, por parte de alguns concidadãos. Posto isto, aconselhou as entidades competentes a estarem atentas a eventuais abusos, ou seja, atentas e vigilantes ao cumprimento das normas emanadas pela DGS, a fim de não sermos surpreendidos. -----

----De seguida, disse ter-se sentido feliz ao tomar conhecimento do painel publicitário, do Governo de Portugal, localizado à entrada de Mira, no sentido Figueira da Foz/Mira, o qual anunciava que este iria investir duzentos milhões de euros na ETAR – Cochadas / Cantanhede. -----

----Concluiu, chamando a atenção para o descampado localizado à entrada da vila, na zona do Matadouro, sugerindo que se reaproveitasse esse espaço, reflorestando-o e convertendo-o em jardim, embelezando, assim, aquele que era um ponto de passagem e de entrada em Mira. -----

----Interveio **Joana Mafalda Muralha** (PSD), membro desta assembleia, felicitando o Executivo Municipal pela postura adotada durante a fase inicial da pandemia e, enquanto profissional de saúde que tinha de lidar diariamente com esta situação, considerou que os procedimentos adotados tinham sido os mais corretos, pois tinham surtido efeito. -----

----Por fim, felicitou o Executivo Camarário, na pessoa do Sr. Presidente, pela execução do passadiço da Praia de Mira, pois este representava mais um atrativo para os visitantes, mas também, para a população residente. -----

----Interveio **Paulo Grego** (PS), membro desta assembleia, dirigindo-se aos principais intervenientes na gestão da situação pandémica, nomeadamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Presidentes das quatro Juntas de Freguesia e ao responsável pela Proteção Civil, pela luta, difícil, que têm vindo a travar, contra um inimigo invisível, desconhecendo como se combate e, com toda a incerteza e receio de que estariam a agir corretamente e a apresentar as melhores soluções, acrescido do eventual julgamento dos demais, pois tinham responsabilidades acrescidas. ----

----Mais referiu considerar que também a sorte tinha estado ao nosso lado, aliada ao bom trabalho realizado por todas as referidas entidades. -----

----Continuou, lembrando que numa situação normal, nesta altura, o Concelho de Mira já fervilhava de atividades e estar-se-ia a viver momentos de festa e a preparar as festas do Concelho. Uma vez que nada disto se verificava e, tendo em conta que muitas associações dependiam, grande parte do seu orçamento, das receitas geradas nestas festas. Assim, lembrou ao Executivo que, pese embora todas as outras muitas preocupações, tivesse também um cuidado acrescido para com esta perda de receita das associações do Concelho e, se possível, que lhes fosse canalizada alguma parte do orçamento das festas de São Tomé, das marchas e, eventualmente, da festa da passagem de ano, para que estas pudessem continuar a realizar, e bem, o seu trabalho. -----

---Com relação ao tema já referido, alcatrão versus saneamento e, sem discutir qual seria o mais importante, havia algo que lhe tinha ficado na memória, ou seja, aquando da discussão do empréstimo, tinha ficado claro, por parte do Sr. Presidente da Câmara, que não se iriam alcatroar estradas que não tivessem saneamento ou para as quais este já estivesse previsto, defendendo a ideia de

que era preferível aguardar mais algum tempo pelo saneamento, do que fazer-se agora o alcatroamento e depois ter de o destruir. -----

----Por último, solicitou esclarecimentos quanto às palavras do Sr. Presidente da Câmara quando este referiu haver um equívoco quanto à água não vir do Mondego ou de Montemor, dizendo que esta declaração era para si uma grande novidade, pois ou era por o próprio, desde o início, sempre ter sido contra essa associação ou então, nunca tinha percebido muito bem o que estava em causa. Aliás, acrescentou que, no seu entender, lhe tinha sido explicado, tanto em sessões da Assembleia Municipal, como noutras reuniões, que a água viria do Mondego e que só assim, na sua opinião, se justificaria a associação com estes dois concelhos. Pois, se assim não fosse, apenas se estaria a criar mais despesa, mais empregos e, em teoria, poderia não ser errado, mas estar-se-ia a duplicar. -----

----Intervio **Clara Clemente (PSD)**, membro desta assembleia, que iniciou a sua intervenção referindo-se à segurança das pessoas e fez referência à estrada que ligava a obra do Frei Gil, passava pela estrada do canal, em direção à Barra de Mira. Mais disse que todos sabiam, principalmente, os que por ali passavam diariamente, já se tinham dado conta de que as canas, em grande parte da sua extensão, ocupavam e obstruíam metade da via. Mais disse que as queixas eram inúmeras e não se compreendia o porquê de não se proceder à limpeza das bermas. -----

----Continuou e deu conta de um assunto, já referido em outras sessões de Assembleia, atinente à colocação de lombas e pintura da estrada, na localidade da Barra de Mira, questionando para quando esta intervenção. -----

----De seguida, pediu ajuda para solucionar / travar o problema do depósito de lixo, de todo o tipo, a céu aberto, junto à cabina da luz e referiu que, embora os serviços da câmara, muito prontamente, já lá tivessem ido limpar o que lá estava, mas passados alguns dias, voltou-se a repetir nova descarga, a qual, no dia de

hoje, ainda lá se encontrava. Mais referiu a falta de visibilidade existente nesse local, para os condutores que pretendiam entrar na estrada principal, devido à localização da própria cabina da luz, acrescido do contentor do lixo, colocado no sítio menos desejável, reduzia ainda mais a já pouca visibilidade. Acrescentou que, a propósito, tinha já abordado os senhores responsáveis pela recolha do lixo e pediu-lhes o favor de colocarem o contentor num local mais adequado, até porque, nesse sítio existia um espaço próprio para o efeito, feito pela Junta de Freguesia. Perante o exposto, solicitou ajuda para a resolução desta situação. -

----Por fim, disse que, apesar da Barra de Mira não ter escola primária, tinha algumas crianças residentes e as que visitavam a aldeia, mas estas não tinham, nem sequer, um parque infantil onde se pudessem divertir, pois o que aí existia estava inoperacional. -----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Seixo de Mira, **Tiago Cruz**, dando conta de uma divergência clara entre a Junta de Freguesia do Seixo e o ICNF e que, antes de a tornar pública, quis dela dar conhecimento a esta Assembleia Municipal. Prosseguiu, lendo o conteúdo de um email enviado ao Sr. Secretário de Estado das Florestas, ao Sr. Diretor Nacional do ICNF, à Sra. Diretora Regional do ICNF e aos Srs. Representantes da GNR (Nacional, Cantanhede, Mira e SEPNA), o qual aqui se transcreve na íntegra: -----

----*“Exmo. Sr. Secretário de Estado das Florestas-----*

----*Exmo. Sr. Diretor Nacional do ICNF-----*

----*Exma. Sra. Diretora Regional do ICNF-----*

----*Exmos. Srs. GNR (Nacional, Cantanhede, Mira e SEPNA)-----*

----*Os nossos respeitosos cumprimentos,-----*

----*Reporto-me a vossas excelências com um assunto recorrente na nossa Freguesia (e já reportado em 2018 ao ICNF e GNR)-----*

----1. Encontram-se em vários locais da nossa Freguesia (Seixo - Concelho de Mira - Distrito de Coimbra) vários amontoados de ramadas\madeiras, alguns dos quais no perímetro florestal do ICNF.-----

----2. Pelo facto de haver estes depósitos, os próprios populares despejam "verdes" e outros materiais nos referidos locais.-----

----3. Temos falado por diversas vezes com as empresas de madeira que operam no local e vão ignorando o nosso apelo.-----

----4. Estes operadores usam e abusam dos caminhos e vias, destruindo as mesmas sem que nada lhes aconteça (pelo menos do nosso conhecimento).----

----5. O ICNF refere no anexo que envio que alguns dos caminhos são da sua propriedade e gestão, mas pelos menos nos últimos 10 anos (tempo a que pertenceo ao executivo da Junta de Freguesia do Seixo) não investiu um cêntimo na recuperação dos mesmos, tendo a manutenção e recuperação ficado a cabo da Junta de Freguesia do Seixo que aplicou milhares de euros nestes caminhos.-

----6. Em pleno período crítico de incêndios os amontoados permaneceram nos locais, colocando em causa a segurança pública.-----

----Questões:-----

----1. O que tem a Secretaria de Estado das Florestas e o ICNF feito nesta matéria, para prevenir e solucionar esta situação?-----

----2. Vão notificar as empresas que estão a operar no sentido da proibição de depósitos nos vários locais da freguesia?-----

----3. Vão notificar as empresas em questão para retirarem de imediato os depósitos existentes como já referido?-----

----4. Vão notificar as empresas em questão para ressarcir a Junta de Freguesia do Seixo de todo o investimento efetuado?-----

----5. Está disponível o ICNF para colaborar nas despesas efetuadas por esta junta de Freguesia na requalificação dos ditos caminhos?-----

----6. Que papel tem desempenhado o SEPNA nesta matéria? Quais as fiscalizações efetuadas? Quais os autos elaborados?-----

----Nota importante:-----

----Não estamos contra a operação das referidas empresas na nossa Freguesia, mas sim contra o "modus operandi" de trabalhar de todas elas.-----

----Fico disponível para reunião caso considerem necessário.-----

----Daremos conhecimento do presente email a:-----

----Câmara Municipal de Mira-----

----Assembleia Municipal de Mira-----

----Assembleia de Freguesia do Seixo-----

----População da Freguesia-----

----Comunicação Social-----

----Sem outro assunto de momento,-----

----Com os melhores cumprimentos,-----

----Tiago Castro da Cruz-----

----Presidente da Junta de Freguesia do Seixo”-----

----Portanto, aquilo que pedia, mais uma vez, a este Executivo Municipal e a esta Assembleia, era que, a par com a Junta de Freguesia do Seixo, defendessem as populações e os seus territórios das situações terríveis que estavam a acontecer.-----

----Por fim, falou da importância da implementação do projeto de reflorestação, não só na Freguesia do Seixo, mas também, em todo o Concelho.-----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, **Gabriel Pinho**, respondendo diretamente a André Gomes e na qualidade de Presidente da Associação de Solidariedade Social de Carapelhos, frisou que os cento e dez milhões de euros eram “uma gota no oceano”, uma vez que este tipo de obras implicavam grandes investimentos. Mais disse ter já um projeto para um lar, pois a infraestrutura existente só tinha a valência de centro de dia e de jardim de

infância e, o qual significou uma despesa de, aproximadamente, um milhão de euros. Quantia esta que tinha sido conseguida, não apenas com financiamento, mas também, com o apoio de benfeitores (particulares dos Carapelhos), da Câmara Municipal (cem mil euros, embora ainda não tivessem sido pagos, tratando-se de promessas de políticos) e, com a receita proveniente de algumas atividades dinamizadas. -----

----De seguida, referiu que a Freguesia, que representava, estava a ser alvo de vandalismo, o qual se manifestava nos bens públicos. Assim, sugeriu que se pedisse à GNR para fazer umas rondas por lá para tentar apanhar os prevaricadores, ou pelo menos, atemorizá-los.-----

----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que, na altura do início da pandemia, tinha sido atribuído uma verba aos Bombeiros Voluntários de Mira, no valor de dez mil euros, para apoiar algumas das suas atividades, nomeadamente, garantir o serviço 24 horas, com equipas rotativas, de forma a assegurar os turnos, assim como, um outro apoio, também de dez mil euros, para que se possa ter uma ambulância, em regime de permanência, durante a época balnear, na Praia de Mira. Ambos constituíam um acréscimo ao futuro protocolo e ao apoio para aquisição de viatura.-----

----De seguida, disse também se ter congratulado com o investimento do Governo Central, de dez milhões de euros na ETAR e desejou que a sua execução fosse rápida e que corresse tudo pelo melhor.-----

----Quanto à questão do melhoramento do espaço, à entrada de Mira, na zona do Matadouro, admitiu que, realmente, se tinha de pensar em embelezar aquele local.-----

----Continuou e, em relação ao passadiço da zona sul da Praia de Mira, referiu que este era um bom exemplo de que uma parceria entre o Estado e o Município poderia funcionar, e bem. Mais explicou que o Estado tinha assinado um protocolo com a Câmara Municipal, no qual a autorizava a poder fazer, ou seja, a pedir pareceres, a fazer o projeto e a poder candidatar-se a fundos comunitários. Assim, realizaram-se todas estas fases e concretizou-se a obra, na sua quase totalidade, pois faltava muito pouco para a sua conclusão. Acrescentou que era, exatamente isto, o que se almejava para a situação da Escola Secundária e do Centro de Saúde.-----

----De seguida, agradeceu e subscreveu as palavras de Paulo Grego, em relação à pandemia, reforçando a ideia de que esta não era passado, mas sim, presente e agradeceu, mais uma vez, a todos os intervenientes.-----

----Em jeito de desabafo, enquanto autarca, confessou que esse momento, até à data, tinha sido o mais difícil (embora, aquando dos incêndios de 2017, tivesse sido difícilíssimo) e isto porque se estava a travar uma luta desleal, mas agora, contra um inimigo invisível e imprevisível, com o qual todos os cuidados e precauções eram poucos.-----

----Quanto ao apoio às associações do Concelho, disse que, ao não se realizarem os habituais eventos, não significava excesso de receita, até porque, em período homólogo, entre janeiro e maio, o Município tinha perdido duzentos e cinquenta mil euros só em impostos. Contudo, manifestou a sua total disponibilidade para ajudar e colmatar as necessidades, pois considerava que todos iriam ficar bem, nestes tempos de pandemia.-----

----Relativamente ao assunto alcatroamento/saneamento, foi feita uma ponderação e, como no caso dos Carapelhos, existiam ainda casas com

estradas de ligação em tout-venant ou em muito mau estado. Acrescentou que, o princípio orientador de saneamento e só depois, o alcatroamento, estava certíssimo, mas quando o primeiro não se vislumbrava, a muito curto prazo, tinha-se de agir e assumir o alcatroamento, tentando ao máximo, contudo, que as posteriores obras de saneamento não fossem tão prejudiciais para o alcatroamento.-----

----Em relação à ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, considerou importante esclarecer duas situações. Concretamente, a primeira prendia-se com o facto de não ter dito, em sede de Assembleia Municipal, que a água não vinha do Mondego. Mais afirmou que era daí que esta provinha, que havia um projeto e que se estava a trabalhar nele, só que este era de execução a médio prazo e, com o apoio total e integral do Governo português. E, enquanto este não estava operacional, tinha-se de contornar e recorrer, por exemplo, ao investimento na ETAR da Lagoa, o qual entrará em redundância com a captação do Mondego. Ainda sobre a ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara e, sobre a questão dos funcionários, disse que se tinha estado e ainda se estava num processo de conversações com os trabalhadores dos diferentes municípios, sendo isso uma espécie de sacramento de vontade e só farão parte desta empresa aqueles que manifestarem essa vontade. Mais informou que, no caso do Município de Mira, existiam já funcionários interessados em fazer parte desta empresa intermunicipal. Assim, só se o número de funcionários não fosse o suficiente, então sim, proceder-se-á à contratação. Ora, o estudo, em termos de viabilidade e sustentabilidade económica e, de recuperação de custos, previa essa situação. Acrescentou que não se estava a duplicar despesa, pois as pessoas continuavam a trabalhar para o município, só que afetas a outras funções.-----

----Em relação à segurança da estrada do Canal, informou já ter falado com a Junta de Freguesia da Praia de Mira e a intervenção já estava prevista.-----

----Relativamente à Barra de Mira, disse estar já previsto o lançamento de um procedimento para sinalização rodoviária e marcações na estrada.-----

----Quanto aos contentores, esse assunto teria de ser conversado numa outra oportunidade, pois havia questões importantes a serem discutidas.-----

----No que ao parque infantil dizia respeito, referiu que não estava esquecido, mas ter-se-ia de estudar a situação e discutir ideias.-----

----Concluiu, reportando-se ao ICNF, disse que se estava a trabalhar no projeto de reflorestação e contava, em setembro do corrente ano, apresentar um plano de reflorestação do município, e assim, poder candidatá-lo ao financiamento e pedir a sua execução. Acrescentou que, também já se estava a trabalhar, conjuntamente com o ICNF, no Plano de Proteção da Zona Dunar, Dunas de Mira e Gafanhas, sítio de proteção.-----

----No uso da palavra, o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** e, quanto à transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, informou que a ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais – tinha emitido um parecer que versava sobre a transmissão dessas sessões e a sua legalidade. Neste sentido e, respondendo ao Deputado André Gomes, reiterou que nunca tinha dito não às transmissões online, antes pelo contrário, pois sempre foi seu apanágio a divulgação de tudo quanto dizia respeito e se fazia nestas sessões de Assembleia Municipal. Portanto, mais clareza não podia haver. Explicou que, simplesmente, eram técnicas que não dominava, desconhecia que pudesse estar interessado em assumir a parte técnica das mesmas e, quanto à Câmara Municipal, não sabia se esta possuía recursos para o fazer.-----

----Concluiu a sua intervenção reafirmando que não era contra, de maneira nenhuma, à transmissão das sessões desta Assembleia Municipal, quer via rádio, quer online.-----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, subscrevendo, na íntegra, as palavras de Clara Clemente. Contudo, o

problema com os contentores continuava a existir, logo a questão com a SUMA estava ainda por resolver, ou seja, esta empresa disponibilizava um serviço, mas, efetivamente, este não era respeitado pela população e, por vezes, até mesmo por essa empresa de recolha do lixo.-----

----No que respeitava à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Seixo e, com relação ao ICNF, propôs ao Executivo que, com as verbas avultadas que tinha recebido deste Instituto, atribuisse uma percentagem desta, de forma igual, a cada uma das quatro freguesias do Concelho.-----

----Comentou ainda que, em março de 2019 se tinha feito o orçamento participativo de 2018 e, no mesmo mês, foi dito que, durante o ano de 2019, se faria o orçamento participativo relativo a esse mesmo ano. Contudo, já se estava em 2020 e, ainda não tinha sido feito o de 2019, muito menos o de 2020. Posto isto, questionou para quando a sua realização.-----

----Concluiu, dizendo ir entregar à Mesa, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, cinco requerimentos, dos quais pretendia, posteriormente, cópia comprovativa da entrega dos mesmos e especificou, de seguida, apenas o seu assunto. A saber: o primeiro dizia respeito a *“Jardins, serviços contratados”*; o segundo, *“Juntas de Freguesia, valores transferidos pelo Município, entre janeiro de 2014 e junho de 2020”*; o terceiro, *“Associações, valores transferidos pelo Município, entre janeiro de 2014 e junho de 2020”*; o quarto, *“Reclamação de funcionário, esclarecimentos complementares”* e o quinto, *“Atas, ficheiro áudio e empresa contratada”*.-----

----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, afirmando que os assuntos relativos à Barra de Mira, obviamente, terão o melhor provimento e que, pelo menos, o da questão rodoviária estava já em andamento.-----

----Em relação à SUMA, indicou que a recolha de monos estava a funcionar bem e, quanto à questão dos verdes, as pessoas continuavam a encher os contentores com estes, o que impossibilitava o depósito de lixo indiferenciado. Mais disse estar-se a equacionar uma maneira de poder contornar esta situação.-----

----De seguida, referiu que, em relação ao ICNF e a receita arrecadada pelo Município, esta era de todos os cidadãos de Mira e, conseqüentemente, também das Juntas de Freguesia, sendo disso evidência, a preparação de um plano de reflorestação, a par com o arranjo de caminhos florestais e de alguns caminhos rurais.-----

----Quanto à questão do orçamento participativo, esclareceu apenas faltar, e em relação ao da Lentisqueira, entregar algumas faturas, o do Cabeço estava resolvido, o de 2018, disse ser público que era com a Associação Abrigo de Carinho dos Animais e que iria à próxima reunião de Câmara, a adjudicação do CRO – Centro de Recolha Oficial, em que parte desse investimento era proveniente do orçamento participativo. Mais informou que, relativamente ao de 2019, referente à Casa Gandaresa, no Seixo de Mira, este estava pago e resolvido. Quanto ao Orçamento Participativo Jovem, tinha sido decidido que o mesmo não iria acontecer, devido à pandemia.-----

----Por fim e, de forma a esclarecer duma vez por todas, as questões relacionadas com os diferentes orçamentos participativos, fez uma análepse e esclareceu que, o de 2016, era o do Centro Paroquial do Seixo; o de 2017, era o do Club Náutico da Praia de Mira; o de 2018, era o do Abrigo de Carinho e o de 2019, era o da Casa Gandaresa do Seixo.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** --

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio **Américo Páscoa** (MAR), considerando que e, tendo em conta o ponto em apreço, se devia rentabilizar mais os funcionários da autarquia, ao invés de requisitar serviços externos. Deu o exemplo da Carta Educativa do Município de Coimbra, a qual tinha sido elaborada, exclusivamente, pelos funcionários da autarquia. -----

----Abordou a presença no relatório, de processos pendentes da ASAE relativo aos Jardins de Infância e Escola do Primeiro Ciclo bem como, da CCDRC relativamente ao Campo de Tiro.-----

----Mais referiu que, também se poderia rentabilizar os serviços técnicos, na conservação e preservação dos espaços e obras públicas.-----

----Interveio **Paulo Grego** (PS) e, tendo em conta o presente relatório, reportou-se às taxas de execução, dizendo ter feito uma análise mais atenta e ter constatado que, cinco meses passados desde o início do ano, se estava com cerca de 25% de execução, mas depois, milagrosamente, no final do ano, ter-se-iam taxas de execução que batiam recordes, ano após ano. Posto isto, referiu continuar sem encontrar explicações para estas discrepâncias, nomeadamente, entre os valores daquilo que se investiu e os daquilo que se recebeu, em valores numéricos e não só em percentagem.-----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota**, comunicando que esta sua intervenção apenas iria incidir nos processos pendentes, os judiciais, os administrativos e os de contraordenação. Posto isto, pediu esclarecimentos adicionais sobre os mesmos, ou seja, em que ponto se encontrava o processo judicial n.º 228/18.7T9 de Cantanhede, em que o requerente era o Município e o arguido era José Ferreira Lajas e mulher.-----

----Nos processos administrativos e de contraordenação, solicitou informações concretas sobre um que tinha como autor a ASAE e arguido o Município de Mira e era sobre o parque infantil da Barra de Mira.-----

----Mencionou ainda outros quatro, nomeadamente, o da APA – Agência Portuguesa do Ambiente – contra o Município, cujo assunto era “Rejeição de águas residuais sem tratamento prévio” e os outros três da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – contra o Município, por comunicação/parâmetro de água fora do prazo e, sobre estes, pediu esclarecimentos sobre o seu desenvolvimento e/ou ponto de situação.-----

----Fim da ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, explicando que o projeto da Carta Educativa estava incluído num projeto maior, o da Estratégia da Educação do Município, o qual, por sua vez, fazia parte de um projeto da CIM-RC, que era financiado e se intitulava “Promoção do Sucesso escolar e Redução e Prevenção do Insucesso e Abandono Escolar”. Mais disse ter de ser feito e, por muito respeito que tivesse pelas competências dos funcionários do Município, esse era um trabalho que devia ser feito por uma entidade externa, neste caso, pela Universidade de Coimbra, em estreita colaboração com os funcionários da

Câmara.-----

----De seguida, informou quanto aos processos da ASAE, estes tinham a ver com parques infantis que, por não cumprirem as normas de segurança, tiveram de ser interditados. Mais disse que, até àquele momento, ainda não se tinha pago nenhuma coima e que estes eram processos que se arrastavam ao longo dos anos, pelas entidades.-----

----Quanto aos três processos da ERSAR, esclareceu tratar-se de atrasos na entrega das análises.-----

----Com relação ao processo dos Lajas, explicou que, a parte cível estava em recurso, numa ação e reivindicação que o Município também estava a intentar, faltando, depois, a parte penal. Portanto, estava a decorrer.-----

----Em relação às taxas de execução, esclareceu que, para o corrente ano, não era expectável ter-se taxas de execução muito elevadas, pelo menos em receita, pois não se conseguia cobrar e a Câmara esteve, literalmente, “de portas fechadas”. Contudo, conseguiu-se ainda atingir os 26%.-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----Intervenção dos Membros da Assembleia Municipal: -----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, **Francisco Reigota** e, ainda sobre o já referido parque infantil, fez notar que a contraordenação imposta pela ASAE ao Município datava de 2018 e a esta data já lá não existia nada. Assim sendo, quis saber se a coima tinha sido por causa de não ter sido retirado todo o material que aí estava.-----

----Quanto ao já sobejamente referido processo dos Lajas e, uma vez que este ainda se encontrava a decorrer, expressou o seu espanto ao constatar que essa zona estava a ser alvo de algumas intervenções, nomeadamente, gradeamentos feitos, nos terrenos adjacentes. Posto isto, quis saber se estas intervenções

estavam autorizadas pelo Município ou, pelo menos, se delas tinham conhecimento, correndo o risco de se estar em incumprimento.-----

----**Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.**-----

----**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara (resposta aos Membros da Assembleia Municipal):**-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, começando por esclarecer que não tinham sido alvo de nenhuma coima, só que, por cada vez que a ASAE solicitava que se fizesse alguma intervenção, era sempre instaurado um processo.-----

----Com relação à questão dos Lajas, disse que estes tinha feito uma vedação em madeira e os serviços foram ao local averiguar, estando agora a decorrer o processo de fiscalização.-----

----Disse ainda que, quanto ao Campo de Tiro e, no âmbito da inspeção da REN, esta tinha a ver com a colocação de uma rede fora do perímetro, ou seja, já há muitos anos, foi lá colocada uma rede, mas não no sítio certo, devido aos fossos, os quais estavam autorizados e permitidos.-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** e, relativamente aos requerimentos apresentados, os enviaria ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que se facultasse a informação solicitada. Mais esclareceu que estes ofícios, tanto o do MAR, como os do PS, deveriam ter sido feitos diretamente à Câmara Municipal, mas enquanto fiscalizador, podia fazer-lhos chegar. Mais disse que, qualquer resposta que não seja dada, agradecia que o mesmo lhe fosse comunicado na próxima sessão de Assembleia Municipal.-----

----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia.-----

-----**PONTO DOIS: Regulamento do Conselho Municipal da Juventude - aprovação final, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.**-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio **Américo Páscoa** (MAR) felicitando o Executivo pela excelente iniciativa pois, considerava que esta fazia todo o sentido para que os jovens tivessem voz ativa no seu próprio futuro e, conseqüentemente, no futuro do Concelho.-----

-----**Votação**-----

----Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.**-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia.-----

-----**PONTO TRÊS: Redução e isenção de tarifas aos utilizadores domésticos e não domésticos dos serviços de águas, águas residuais e resíduos urbanos, no contexto de medidas excepcionais de apoio à população no âmbito da Covid-19 – Apreciação e aprovação da minuta e aditamento ao memorando a celebrar com a empresa intermunicipal ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., nos termos da alínea n) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2020 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

----Ausentou-se da presente sessão Telma Salvador, membro desta assembleia, suscitando o impedimento constante na alínea a) do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, defendendo esta agregação de municípios, nestes moldes e neste âmbito, porque 100% do capital social, assim como, 100% do domínio de toda a situação era dos municípios. E, durante os tempos de pandemia houve a necessidade de dar apoio às populações e, este só foi possível porque o desenho destas empresas intermunicipais assim o permitia, porém, assegurando as orientações de todas as outras entidades, nomeadamente, a ERSAR, assim como, a sustentabilidade de todo o sistema.--

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----Intervenção dos Membros da Assembleia Municipal: -----

----Interveio **Paulo Grego** (PS), congratulando-se e declarando ser a favor desta decisão, a qual apoiava. Contudo, reiterou que, todo este processo continuava a parecer-lhe envolto em muitas dúvidas e incertezas e, até o próprio nome atribuído àquilo que se estava a decidir, lhe suscitava muitas dúvidas, porque era uma redução/isenção que mais lhe parecia uma comparticipação.-----

----Mais disse que, nos três documentos enviados com o memorando, em três momentos diferentes, todos apresentavam erros, ao nível do conteúdo. Queixou-se ainda da complexidade de interpretação das atuais faturas da água.-----

----Interveio **Francisco Reigota** (PS) e questionou qual era o conflito de interesses da colega Telma Salvador, nesta matéria.-----

----Interveio **Pedro Nunes** (PSD) e quis saber, objetivamente, que custos efetivos representava para os cofres do Município esta redução/isenção.-----

----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

-----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara (resposta aos Membros da Assembleia Municipal): -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que se iria proceder às correções ao documento mencionado por Paulo Grego e pediu desculpa pelo transtorno que estas possam ter causado.-----

----De seguida, disse ser do conhecimento público que Telma Salvador trabalhava na ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara e, louvou a sua atitude em não querer participar nesta discussão e, conseqüentemente, votação, de modo a não haver conflito de interesses.-----

----Quanto à questão das faturas, explicou que se tem vindo a fazer um trabalho de esclarecimento sobre as mesmas e que, no momento atual, praticamente já não se tinha reclamações sobre faturas.-----

----Mais esclareceu que havia a modalidade da redução e da isenção, sendo a primeira para o consumidor normal e a segunda, para as IPSS. Disse ainda, tratar-se de uma medida de apoio, no âmbito da pandemia do Covid-19, que o Município dava às famílias.-----

----Em resposta a Pedro Nunes, asseriu que os custos para o Município rondariam os 30 a 40 mil euros.-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----Intervenção dos Membros da Assembleia Municipal: -----

----Interveio **Francisco Reigota** (PS) alegando desconhecer a atual situação profissional da colega Telma Salvador. Continuou e disse que esta tinha procedido bem ao ausentar-se da sala, neste ponto, sob a justificação de conflito de interesses e acrescentou que, talvez, se calhar, a própria tivesse de equacionar a sua presença na Assembleia Municipal. E, só porque o assunto era o mesmo, aludiu à situação do atual chefe de gabinete, o qual tratava de variadíssimos assuntos, entre os quais, os das Juntas de Freguesia e, estando ali na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, questionando a

Câmara, afirmou que, isto sim, era conflito de interesses. Mais disse que, embora a lei o permitisse, era de desaconselhar.-----

----**Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

----**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara (resposta aos Membros da Assembleia Municipal):** -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e salientou que, quanto à questão do Tiago Cruz, chefe de gabinete, ser, cumulativamente, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, esta situação nada tinha de ilegal ou de imoral.-----

----**VOTAÇÃO** -----

----Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade.** -----

----**PONTO QUATRO: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea I), do n.º 2, do artº. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2019 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2019 e a respetiva avaliação.** -----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

----**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, esclarecendo tratar-se de um relatório de gestão, histórico, com uma série de recortes e com o desempenho financeiro da autarquia, em que se tinha 2,2 milhões de euros de saldo de gerência, em que se verificava taxas de execução na ordem dos 90%, assim como, uma série de fatores.-----

----Ora, mais especificamente, disse haver algumas questões que importava esclarecer, nomeadamente, o facto das infraestruturas afetadas pelos incêndios

de 2017 ter sido terminado o processo, assim como, muitos processos, relativos a financiamento comunitários, os quais estavam já no terreno e em plena fase de execução.-----

----Quanto às despesas com pessoal, disse verificar-se um aumento de 11,64%, mas havia menos um efetivo a trabalhar na Câmara, desde 2018. Acrescentou que, em 2019, se tinha terminado o ano com 205 efetivos, logo, menos um do que no ano anterior a este.-----

----Referiu ainda que, com as atualizações salariais, com as progressões obrigatórias na carreira, de 86 funcionários, ao abrigo do SIADAP, os quais viram alterada a sua posição remuneratória. Tudo isto fez com que houvesse este aumento.-----

----De seguida, explicou, sucintamente, que com o resultado líquido do exercício positivo, de 2,2 milhões, se tinha reduzido, assim, o passivo em 549 mil euros, ou seja, menos 4,5%; também a dívida a terceiros, a curto prazo, foi reduzida em 760 mil euros.-----

----Referiu ainda ter-se apurado o número de stocks e quanto ao valor em caixa, este era o resultado do saldo de gerência de 767 mil euros. Mais informou que a margem de endividamento era de 11,7 milhões de euros, ou seja, 20%, pese embora ainda não tivesse ocorrido a consolidação de contas. De seguida, deu nota dos 92% da taxa de execução da receita, facto que tinha que ver com o aumento do IMI. Quanto à taxa de execução da despesa, esta era de 87,4%.----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

----Interveio **Paulo Grego** (PS), questionando o Sr. Presidente sobre qual era o encargo com o pessoal, no ano de 2019, com base no documento em apreço.--

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, respondendo que esse correspondeu a um aumento de 11,6%, em relação a 2019.-----

----Autorizado a intervir, o chefe da Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento, **Dr. João Rocha**, começou por esclarecer que, em números orçamentais, ou seja, despesas orçamentais com pessoal, o valor era de 4 milhões, 186 mil, 807 euros e 19 cêntimos; quanto aos custos de demonstração de resultados, o valor era de 4 milhões, 180 mil, 857 euros e 5 cêntimos. Mais explicou que, na demonstração de resultados tinha-se alguma especialização de custos, em 2019, os quais apenas constituirão despesa, em 2020. Lembrou, porém, que os valores podiam não coincidir, pois a forma de reconhecimento dos mesmos era diferente.-----

----Interveio **Paulo Grego** (PS), expressando a dificuldade sentida na interpretação de documentos deste género, para os não entendidos na matéria em questão, ou seja, contas, para além de alguma confusão, à mistura.-----

----De seguida, procedeu à análise política do relatório e constatou que, finalmente, se tinha um relatório de gestão sem um enquadramento trágico pois, em 2017, houve os incêndios; em 2018, o Leslie e, em 2020, tínhamos o Covid-19. Assim, concluiu que o resultado histórico que o Sr. Presidente tinha anunciado, e bem, em grande medida se devia ao facto de nos outros anos se ter estado muito condicionado pelas intempéries e catástrofes naturais que tinham assolado o Concelho.-----

----Continuou, felicitando o Executivo porque este era o relatório mais positivo, expressando assim a sua humilde opinião. Contudo, manifestou a sua estranheza pois, ao ter como referência anos anteriores e atentando nos mandatos do atual executivo, para a média dos últimos anos, considerou que, realmente, o ano de 2019 tinha sido bem positivo.-----

----Por fim, quis partilhar que, quanto mais comparava os quadros do documento em análise, mais baralhado ficava.-----

----Interveio **Carlos Nora** (PS), dizendo que a sua intervenção era de análise política e que este relatório de gestão, relativo ao ano de 2019, evidenciava um

extraordinário encantamento e que narrava um autêntico conto de fadas. E, assim sendo, na verdade, não se compreendia como era possível que, com tanto dinheiro no banco, assim como, na tesouraria da Câmara, a par com uma tão grande capacidade para investimento e para contrair dívida, esses investimentos ainda não eram, proporcionalmente, visíveis no terreno.-----

----Mais disse que, nessa altura, apenas estavam em marcha algumas pequenas obras, na Praia de Mira.-----

----Relativamente aos catorze trabalhadores precários, integrados no quadro da autarquia, lembrou que, tal se deveu, não propriamente à vontade da Câmara, mas sim, a uma imposição do Governo de Portugal, através do programa PREVAP, que obrigou à integração desses trabalhadores.-----

----Interveio **Pedro Nunes** (PSD), declarando que uma boa gestão não se fazia só nas alturas em que os fundos abundavam, mas sim, quando estes eram parcos. Mais disse que, o Sr. Presidente tem demonstrado, ao longo dos seus mandatos, que, de facto, em momentos difíceis, tem sabido estar presente e, nos momentos de maior abundância, tem-na gerido bem.-----

----Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara (resposta aos Membros da Assembleia Municipal): -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, dando os parabéns à Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento pelo excelente trabalho realizado pois, os bons resultados alcançados eram também prova disso.-----

----De seguida, referiu que, só em 2019 se tinha recuperado, financeiramente, de todo o investimento feito aquando das tragédias que assolaram o Concelho.-

----Informou ainda que existiam muitas obras em decurso, tais como, o mercado de Mira, os viveiros da Praia de Mira, o passadiço, os alcatroamentos e as

reparações em todas as pistas, a par com as pequenas intervenções.-----

----Concluiu, frisando que, no ano de 2020, este cenário, a nível da receita, já não se iria verificar, devido ao Covid – 19, com o qual, entre testes, máscaras e afins, já se tinha feito uma despesa de 170 mil euros, a juntar aos 230 mil euros, a menos, na receita.-----

-----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 8 votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD e MAR.-----

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 2ª. revisão orçamental e 2ª. revisão às GOP's 2020.**-----

-----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 1 abstenção do MAR (Movimento Autárquico de Renovação), com 8 votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD (Partido Social Democrata).-----

-----**PONTO SEIS: Procedimento concursal para preenchimento de cargos de direção intermédia de 3º grau para a Unidade de Desporto e Juventude e Unidade de Turismo e Eventos – Aprovação, nos termos dos n.ºs 1 a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, da proposta de constituição dos respetivos júris.**-----

-----**VOTAÇÃO**-----

----Submetido a votação o ponto seis da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 9 abstenções, 8 do PS e 1 do MAR; os restantes votos a favor, do PSD.----

-----**PONTO SETE: Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2019, nos termos da alínea h), do art.º 18.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.**-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

----**Intervenção dos Membros da Assembleia Municipal:** -----

----Interveio **Américo Páscoa** (MAR) enaltecendo o trabalho realizado e felicitou esta entidade.-----

----De seguida, quis saber o porquê do decréscimo acentuado no número de processos, durante o período compreendido entre 2014 e 2018 e, em 2019, um aumento substancial. Mais questionou sobre a razão para a tão significativa diferença em número de casos entre as quatro freguesias do Concelho.-----

----Interveio a Sr.^a Vereadora **Dulce Cainé**, na qualidade de Presidente da CPCJ de Mira, começando por explicar que, relativamente ao decréscimo, este devia-se às alterações ocorridas com os processos por apensação pois, a partir do momento que determinados processos de regulação da responsabilidade parental eram remetidos para o tribunal, este, automaticamente, os solicitava.---

----Quanto ao acréscimo verificado em 2019, este prendia-se, sobretudo, com situações de absentismo escolar, sendo esta também a razão pela qual a Freguesia de Mira tinha o maior número de casos, devido à concentração de escolas.-----

----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

----**PONTO OITO: Tomada de conhecimento dos atos praticados ao abrigo da Lei nº. 6/2020, de 10 de abril, na redação dada pela Lei nº. 12/2020, de 7 de maio, no âmbito da pandemia do Covid - 19** -----

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

----**Intervenção do Sr. Presidente da Câmara:** -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e, uma vez mais, manifestou o seu mais profundo agradecimento a todos os envolvidos, nestes tempos tão difíceis, nomeadamente, às Juntas de Freguesia, a todos os profissionais de saúde,

GNR, bombeiros, serviço de Proteção Civil, IPSS, ao CLDS 4G, funcionários municipais, ou seja, a todos os que, de alguma forma, tinham ajudado.-----

----Referiu ainda, a questão da plataforma de apoio ao comércio local, a qual tinha tido uma adesão muito elevada e que tinha contado com o apoio da Associação Empresarial de Mira, à qual agradeceu. -----

----**TOMADO CONHECIMENTO.**-----

----Terminada a ordem de trabalhos o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 15 de julho de 2020, quinta-feira, pelas 18h00, para a realização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, o que foi ponderado e aceite pelos presentes. -----

----**ENCERRAMENTO** -----

----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.-----

O Presidente da Mesa,

(Mário Ribeiro Maduro, *Dr.*)

O 1.º Secretário,

(Nelson Miranda Cadete, *Dr.*)